



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Excelentíssima Senhora  
Secretária de Estado  
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Dr.ª Teresa Morais

Of. nº 212/8ª – CECC/2011

20.Outubro.2011

**Assunto:** Petição nº 43/XII/1ª - Pedido de informação ao Ministro da Educação e Ciência

Encontra-se em apreciação na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura a Petição nº 43/XII/1ª, da iniciativa de António Jorge Dias da Costa, que “Solicitam à Assembleia da República para que delibere no sentido de ser reconhecida a experiência profissional dos docentes com mais de 16 anos de serviço docente, actualmente posicionados no 4º escalão, isentando-os da obrigatoriedade de terem aulas observadas.”

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 17º, conjugado com o artigo 20º da Lei do Exercício do Direito de Petição, conforme texto republicado em anexo à Lei nº 45/2007, de 24 de Agosto, venho solicitar o envio de cópia da petição ao Senhor Ministro da Educação e Ciência, para que se pronunciem sobre o respectivo conteúdo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 20.º da citada Lei, transcrevem-se as normas do n.º 4 desse artigo e do n.º 1 do artigo 23.º, respectivamente:

*“O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efectuado no prazo máximo de 20 dias”;*

*“A falta de comparência injustificada, a recusa de depoimento ou o não cumprimento das diligências previstas no n.º1 do artigo 20.º 2 constituem crime de desobediência, sem prejuízo do procedimento disciplinar que no caso couber”.*

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

  
(José Ribeiro e Castro)

---

N.º 1 do artigo 20.º: *“A comissão parlamentar, durante o exame e instrução, pode ouvir os peticionários, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias”.*